

UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ACARÁ (2016-2023) AN ANALYSIS OF SPECIAL EDUCATION POLICY IN ACARÁ (2016-2023)

ISSN: 2674-662X. DOI: 10.29327/2334916.19.2-73

Gilvani Cunha Fôro Machado ¹

RESUMO

O presente artigo analisa a evolução da Política de Inclusão nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Acará entre 2016 e 2023, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e nas Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado. A pesquisa busca compreender os desafios e as possibilidades do processo de inclusão, destacando as práticas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado dos alunos com deficiência. A metodologia adotada envolveu análise documental e entrevistas semiestruturadas com a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, abrangendo ações implementadas desde a criação da coordenação em 2016. Os resultados indicam que, apesar dos atrasos nas implementações anteriores, o município avançou significativamente após a criação da Coordenação de Educação Especial, especialmente no que se refere à organização do atendimento, ampliação das salas, matrículas e formação de professores. Embora os avanços sejam notáveis, a pesquisa revela que a continuidade dessas políticas é essencial para garantir um atendimento especializado de maior qualidade. A expansão da atuação da Equipe Multiprofissional e o fortalecimento da formação de professores são áreas prioritárias para o aprimoramento contínuo do processo de inclusão nas escolas municipais de Acará.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Este artigo tem como objetivo analisar os avanços na Política de Inclusão na Rede Municipal de Ensino de Acará, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (2008), no período de 2016 a 2023. O estudo busca compreender as possibilidades e desafios do processo de inclusão nas escolas municipais, com foco nas Salas de Recursos Multifuncionais, que são responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado dos alunos público-alvo da Educação Especial. A pesquisa envolveu a análise de documentos relacionados à modalidade de Educação Especial, bem como entrevistas semiestruturadas com a Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação durante o período de estudo. A análise dos documentos revelou que, embora o município tenha enfrentado atrasos na implementação da política de Educação Especial nos anos anteriores a 2016, a partir do segundo semestre desse ano, com a criação da Coordenação de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, diversas ações foram implementadas para transformar as práticas nas Salas de Recursos Multifuncionais. Essas ações incluíram melhorias na organização do atendimento, ampliação das salas, matrículas e formação de professores, resultando em avanços significativos na inclusão dos alunos. No entanto, ainda é necessário continuar com essas políticas e ações para aprimorar a qualidade do atendimento, expandir a atuação da Equipe Multiprofissional e investir mais na formação de professores, a fim de garantir um atendimento especializado mais eficaz aos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

KEYWORDS: Special Education. Inclusive Education. Public Policies.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University - ACU. E-MAIL: gil.foro.gf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa os avanços das políticas de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará, cobrindo o período do segundo semestre de 2016 ao primeiro semestre de 2023. Esse intervalo marca a criação de uma Coordenação de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de superar a falta de representatividade na área registrada nos anos anteriores.

A pesquisa aborda o desenvolvimento histórico da Educação Especial em Acará, destacando os desafios e avanços na implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Enfatiza, ainda, a relevância institucional, social e científica de promover a aplicabilidade dessa política nacional para aprimorar as práticas nas escolas municipais.

Com base no decreto de 2008 que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o estudo explora o papel das Salas de Recursos Multifuncionais, espaços criados para eliminar barreiras e garantir a participação plena dos estudantes com deficiência em turmas regulares. Apesar de 15 anos da política inclusiva, ainda persistem lacunas significativas na garantia dos direitos educacionais dos alunos da Educação Especial, evidenciando a necessidade de mudanças sistêmicas e abordagens colaborativas que promovam acessibilidade e eficácia no aprendizado.

A pesquisa destaca a importância de investimentos contínuos na formação de professores, recursos pedagógicos e um trabalho integrado para enfrentar os desafios da inclusão. Busca fomentar reflexões profissionais e propor estratégias práticas para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas da comunidade educacional de Acará.

O estudo está estruturado em seis capítulos: desafios e perspectivas da inclusão escolar; um panorama histórico de Acará; análise das políticas

nacionais de Educação Especial; um panorama da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino; metodologia de pesquisa; e resultados e discussões. Ao examinar o período de 2016 a 2023, a pesquisa oferece contribuições valiosas para o aprimoramento das práticas inclusivas em contextos urbanos e rurais no município de Acará.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM ACARÁ:

REFLEXÕES E CAMINHOS

A inclusão educacional é um tema amplamente discutido, especialmente no que diz respeito ao combate à exclusão em seus diversos níveis e formatos. No contexto escolar, trata-se de repensar estruturas, métodos e práticas, assegurando que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham acesso equitativo a oportunidades educacionais. Essa abordagem visa, sobretudo, a valorização das singularidades dos estudantes e a adaptação pedagógica para atender à diversidade.

A educação inclusiva busca superar a visão segregadora das antigas classes especiais, integrando alunos com deficiência às turmas regulares. Isso requer escolas bem preparadas, com profissionais capacitados e políticas públicas eficazes que favoreçam a inclusão plena. Para tanto, é essencial que as dificuldades enfrentadas pelos alunos não sejam vistas apenas como falhas individuais, mas como reflexos de práticas educacionais inadequadas que precisam ser reformuladas.

Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente com a implementação de políticas inclusivas, ainda há desafios significativos a serem superados. Muitos desses obstáculos residem na formação docente, na estrutura física das escolas e na disponibilidade de recursos pedagógicos que contemplem a inclusão. Nesse sentido, o sucesso da educação inclusiva depende de um esforço coletivo e

de um compromisso institucional em criar ambientes escolares acolhedores, justos e acessíveis.

O município de Acará, no Pará, oferece um exemplo importante sobre como o movimento pela inclusão escolar vem se consolidando em contextos regionais. Desde a criação de uma Coordenação de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação, em 2016, avanços têm sido registrados, ainda que persistam desafios na adaptação das escolas para atender às demandas da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

A história de Acará, marcada por mudanças sociais e econômicas ao longo dos séculos, reflete-se também em sua trajetória educacional. O município, que se originou como núcleo de colonização no período colonial, tornou-se um espaço estratégico para a implementação de políticas educacionais voltadas à equidade e à inclusão. Sua experiência evidencia que, para alcançar uma educação de qualidade para todos, é necessário romper com práticas excludentes e adotar uma visão transformadora, comprometida com o desenvolvimento pleno de cada estudante.

DESAFIOS E AVANÇOS

A Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará tem enfrentado desafios históricos, com um percurso de avanços e retrocessos. Desde a municipalização do ensino, em 2001, o município iniciou a implementação das classes especiais, atendendo apenas algumas escolas e com resistência por parte de gestores e professores, como evidenciado pela fala de uma gestora da época que considerava os alunos com deficiência como "doidos". Este estigma refletia o modelo tradicional de educação, que não reconhecia a diversidade e os direitos dos estudantes com deficiência.

Em 2008, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o município implantou a primeira Sala de Recursos Multifuncionais, mas a transição entre as antigas classes especiais e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) não foi plenamente acompanhada pela formação de profissionais, o que resultou na continuidade de práticas tradicionais. O AEE, muitas vezes, não atendia às necessidades reais dos alunos, sendo visto como um cumprimento de exigências legais, sem promover a inclusão plena.

A partir de 2016, a criação da Coordenação de Educação Especial e a ampliação do AEE para outras escolas, incluindo a zona rural, representaram avanços significativos. Contudo, persistiram desafios como a falta de materiais adequados, a ausência de formação contínua e a desorganização nas práticas pedagógicas. Em várias escolas, o AEE era oferecido em salas improvisadas, com mobiliários e equipamentos em más condições, e com professores sem a formação necessária.

Apesar dos avanços, o modelo de integração escolar ainda predominava, dificultando a construção de uma educação inclusiva verdadeira, que valoriza a diversidade e atende às necessidades específicas de cada aluno. A mudança de paradigma foi necessária, e o município iniciou um processo de reflexão e reorganização das práticas educacionais, buscando garantir um atendimento de qualidade e respeitar as diferenças dos alunos com deficiência. A implementação de uma educação inclusiva exige rupturas com as práticas institucionais, o que implica no reconhecimento das diversidades como um elemento enriquecedor da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os estudantes.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A metodologia adotada neste estudo foi crucial para a obtenção dos resultados apresentados, pois foi

responsável por orientar e direcionar o processo investigativo. Este trabalho investigou os avanços nas políticas de Educação Especial e Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Acará, com foco na análise comparativa entre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as práticas implementadas nas Salas de Recursos Multifuncionais entre 2016 e 2023. O objetivo foi identificar as dificuldades e progressos da política no contexto das escolas municipais, com base em uma análise qualitativa.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998), as pesquisas qualitativas consideram que o sujeito age conforme suas crenças, sentimentos, e valores, e que seu comportamento carrega um significado que não é imediatamente evidente, exigindo um processo investigativo para ser compreendido. Bogdan e Biklen (1994) descrevem cinco características da pesquisa qualitativa: a utilização do ambiente natural como fonte de dados, a coleta de dados descritivos (palavras ou imagens), a ênfase no processo em vez do produto final, a análise intuitiva dos dados, e a importância vital do significado.

O estudo teve como objetivo compreender a política de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Acará, analisando os avanços através de documentos relevantes e da coleta de opiniões de coordenadores de Educação Especial sobre as práticas nas Salas de Recursos Multifuncionais entre 2016 e 2023. As entrevistas semiestruturadas com a coordenação da área, realizadas entre janeiro e junho de 2023, foram essenciais para a obtenção desses dados.

Para a coleta e análise dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e análise documental. A entrevista semiestruturada é um instrumento apropriado para captar dados qualitativos, permitindo que o entrevistado expresse livremente suas percepções, conforme definido por

Bogdan e Biklen (1994), e o roteiro de entrevista foi elaborado para investigar a formação, a prática profissional, e as concepções sobre o processo inclusivo nas escolas da rede municipal.

Após a coleta de dados, as informações foram sistematizadas e disponibilizadas à Secretaria de Educação, com o intuito de promover reflexões e futuras intervenções, além de fornecer subsídios para estudos acadêmicos.

Resultados e Discussões:

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Laville (1999), que permite a investigação de atitudes, valores, representações e ideologias. Bardin (1977) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo das mensagens. A organização e discussão dos resultados foram feitas em tópicos, facilitando a compreensão dos avanços da Política de Educação Especial e Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Acará entre 2016 e 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa nos desafia a tomar decisões importantes, diante da ampla gama de possibilidades que surgem ao abordar temas no campo educacional. Com mais de 15 anos de experiência como professora e pesquisadora na área de Educação Especial, minha investigação se concentrou nas políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino de Acará entre 2016 e 2023, com foco na Educação Inclusiva. O objetivo foi compreender os avanços dessa política nas escolas municipais, considerando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (2008).

Ao examinar os documentos e diretrizes relacionadas às políticas públicas de Acará durante o período estudado, constatamos um avanço considerável, embora tardiamente, se comparado à implantação da política nacional. A Secretaria Municipal de Educação tem se esforçado para alinhar-se aos movimentos globais e nacionais em prol da Educação Inclusiva, implementando diversas ações para aproximar a realidade local dessa proposta.

Durante o processo investigativo, ficou claro que, nos anos anteriores ao estudo, os estudantes com deficiência não eram adequadamente reconhecidos dentro da política educacional municipal. O modelo vigente era o da integração, não da inclusão. Somente a partir de 2016, com a criação de uma coordenação específica para a Educação Especial, foi possível dar visibilidade a essas questões. A partir daí, a Secretaria Municipal de Educação iniciou um trabalho constante de acompanhamento, orientação e implementação de políticas públicas que atendem aos direitos dos alunos da Educação Especial. Isso revela um certo descaso das gestões anteriores, que não priorizaram a educação inclusiva nem assumiram a responsabilidade pelos direitos dos alunos com deficiência.

Embora as políticas de inclusão estejam em processo de avanço, ainda há muito a ser feito para garantir a plena efetivação dessas ações. A continuidade das políticas e a melhoria no atendimento aos alunos da Educação Especial são essenciais. Há uma necessidade urgente de fortalecer o trabalho da Equipe Multiprofissional e ampliar os investimentos na formação de professores, para que os serviços de apoio aos alunos com deficiência no ensino regular se expandam e ofereçam um atendimento de maior qualidade.

Encerramos este estudo com a esperança de que as reflexões aqui apresentadas inspirem outros pesquisadores a aprofundar o conhecimento sobre os caminhos necessários para construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

Assembleia Geral da ONU. (1948). " **Declaração Universal dos Direitos Humanos** " (217 [III] A).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOGDAN, R & BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução nº2, de 11 de setembro de 2001. Institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.

_____. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, 2001.

_____. Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília: **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, 1999.

_____. Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**.

_____. Lei 8069 / 90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Brasília: Corde, 1994.

_____. Ministério da Educação. Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Plano: 2000.

_____. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento**

Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

CRUZ, G. C. et al. **Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos. Educar em Revista**, p. 229-243, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YXgdCkm5NFTGfbJM5xy8hLM>.

CRUZ, G. C.; FERREIRA, J. R. **Processo de formação continuada de professores de educação física em contexto educacional inclusivo. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 163–180, 2005. DOI: 10.1590/S1807-55092005000200007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16592>.

LAVILLE, C. & DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, V. C. **A formação continuada de docente para a educação inclusiva**. 2021. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2021. Disponível em: <https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/997>.

Mantoan, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora – São Paulo: Summus, 2006 – (Pontos e Contrapontos).

Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação Especial (SEESP)**. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

Ministério da **Educação**. Secretaria de **Educação Básica**. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental /Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010b.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.